

## A CONFRARIA DE SANTA CRUZ DE TOMAR (1470)

por  
Manuel Sílvio Alves Conde\*

É muito pouco o que hoje se conhece das confrarias medievais tomareses. As mais antigas destas instituições de benemerência foram, porventura, as de Santa Maria do Olival, de Santa Iria e de Santa Maria do Castelo, relacionadas com os templos do mesmo nome. As duas primeiras já existiam no segundo quartel do século XIV; da última, há notícia no primeiro quartel da mesma centúria. Em Trezentos constituiu-se, provavelmente, a confraria dos almocreves, que viria a estar na origem do hospital de Santa Maria da Cadeia, ou da Graça, erguido na parte norte da Várzea Grande<sup>1</sup>. Desde meados de Quatrocentos surgem referências a outras confrarias: a de Santa Cruz, que aqui nos interessa particularmente, mas também as de Santa Maria dos Anjos, de S. Pedro e de S. Sebastião, como a primeira associadas a ermidas da mesma designação, esparsas pela área periurbana tomaresense<sup>2</sup>.

A partir, sobretudo, do evangelista Mateus<sup>3</sup>, os teólogos escolásticos definiram sete *obras de misericórdia espirituais* (ensinar os simples, dar bom conselho a quem o pede, castigar com caridade os que erram,

---

\* Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, Universidade dos Açores.

<sup>1</sup> Manuel Sílvio Alves Conde, *Tomar medieval. O espaço e os homens*, Cascais, 1996, pp. 50, 55, 214.

<sup>2</sup> Manuel Sílvio Alves Conde, *Tomar medieval*, cit., pp. 57, 214; idem, “O espaço periurbano da vila portuguesa de Tomar”, *Horizontes do Portugal medieval. Estudos históricos*, Cascais, 1999, pp.135-137; idem, *Uma paisagem humanizada. O Médio Tejo nos finais da Idade Média*, Cascais, 2000, vol. II, pp. 442-443.

<sup>3</sup> *Mateus* 6, 2-19; 25, 31-46.

consolar os tristes desconsolados, perdoar a quem nos errou, sofrer as in-júrias com paciência, rogar a Deus pelos vivos e pelos mortos) e sete outras, *corporais* (remir cativos e visitar os presos, curar os enfermos, cobrir os nus, dar de comer aos famintos, dar de beber aos que têm sede, dar pouxada aos peregrinos e pobres, enterrar os finados)<sup>4</sup>. Procuravam, desse modo, estabelecer um código moral básico e acessível, que desse resposta às profundas preocupações dos fiéis com a salvação da sua alma. Queriam, acima de tudo, mobilizá-los para actos concretos de amor pelo próximo, assim prolongando o amor divino pela humanidade. Fácil de memorizar, amplamente difundido pela pregação, pela iconografia e pela catequese, foi grande o sucesso deste programa — sobretudo do seu segundo septeto —, que animou múltiplas realizações caritativas<sup>5</sup>.

Emergindo sob pressão da evidência de um número crescente de pobres, sobretudo nos meios urbanos<sup>6</sup>, dinamizado pelo clero, o programa cristão medieval das obras de misericórdia suscitou rasgos individuais e actos colectivos pontuais, levou à criação de ordens religiosas vocacionadas para o acolhimento de peregrinos e o resgate de cativos e, sobretudo, esteve na origem de múltiplas e variadas estruturas de benemerência. Fundações de apoio a pobres, enfermos e peregrinos<sup>7</sup>, geralmente pequenas e dotadas de meios limitados, proliferaram e espargiram-se de tal modo que vieram a constituir uma rede estreita e vastíssima, suporte de magnífica obra assistencial<sup>8</sup>.

<sup>4</sup> Cf. o compromisso (de 1516-1519) da confraria da Misericórdia de Évora, publicado por Gabriel Pereira, *Documentos históricos da cidade de Évora*, 2.ª ed., Lisboa, 1998, p. 325.

<sup>5</sup> Daniel Le Blévec, “Oeuvres de miséricorde – Occident”, in *Dictionnaire encyclopédique du Moyen Âge*, dir. por André Vauchez, t. II, Paris, 1997, pp. 1100-1101.

<sup>6</sup> Sobre a crescente visibilidade da pobreza e a pauperização tardo-medieval, cf. Michel Mollat, *Les pauvres au Moyen Age. Étude sociale*, Paris, 1979, pp. 78-91, 192-216; 235-266, 281-302.

<sup>7</sup> Além destes institutos, merecem menção, entre outros, os recolhimentos de órfãos e as casas de acolhimento e recuperação social de prostitutas.

<sup>8</sup> Michel Mollat, *Les pauvres au Moyen Age*, cit., pp. 53-72; Fernando da Silva Correia, *Origens e formação das Misericórdias portuguesas*, 2.ª ed., Lisboa, 1999, pp. 377-422; António Alberto Banha de Andrade, Maria José Pimenta Ferro, Maria Emília Aniceto e Fernando Jasmim Pereira, “Assistência social caritativa - Introdução”, “A. na Idade Média - 1”, “A. na Idade Média - 2”, *Dicionário de história da Igreja em Portugal*, dir. por A. Banha de Andrade, vol. I, Lisboa, 1980, pp. 631-633, 635-640 e 640-661, respectivamente; Iria Gonçalves, “Formas medievais de assistência num meio rural”, *Imagens do mundo medieval*, Lisboa, 1988, p. 53; José Marques, *A assistência no norte de Portugal nos finais da Idade Média*, sep. da *Revista da Faculdade de Letras do Porto - História*, II série, vol. VI, Porto, 1989, pp. 15-18; Manuel Sílvio Alves Conde, *O hospital medieval do Espírito Santo de Sesimbra e a assistência caritativa portuguesa*, Sesimbra, 2004.

Multiplicaram-se também as confrarias de piedade<sup>9</sup>. Constituídas basicamente por leigos<sup>10</sup>, eram dotadas de órgãos próprios e regiam-se por um compromisso. Os seus objectivos eram, antes de mais, de natureza religiosa. Procurava-se obter a salvação individual de todos os confrades, através do envolvimento dos mesmos em práticas devocionais na capela da instituição ou em procissões, em rituais de acompanhamento dos confrades na morte ou sufrágios pela alma dos irmãos defuntos, e em actividades de benemerência para com os pobres<sup>11</sup>. Para além da dimensão religiosa, as confrarias medievais foram importantes como estruturas de protecção e de integração social. Se, em meio rural, fortaleciam a identidade paroquial e reforçavam os laços tradicionais de afecto e solidariedade, assentes no parentesco e na vizinhança, em meio urbano, onde a família se restringia à célula conjugal e o desenraizamento de largas franjas da população

<sup>9</sup> Sobre a emergência do movimento confraternal no Ocidente europeu, vejam-se, entre outros: Guy Lobrichon, *La religion des laïcs en Occident, XI<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècle*, Paris, 1994, pp. 104-112; Catherine Vincent, *Les confréries médiévales dans le royaume de France, XIII<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècle*, Paris, 1994.

Para Portugal, cf. José Marques, *Os pergaminhos da confraria de S. João do Souto da cidade de Braga (1186-1545)*, sep. de *Bracara Augusta*, vol. XXXVI, Braga, 1982; idem, *A confraria de S. Domingos de Guimarães (1498)*, sep. da *Revista da Faculdade de Letras - História*, 2.<sup>a</sup> série, vol. I, Porto, 1982; Iria Gonçalves, *As confrarias medievais da região de Alcanena* (estudo, com leitura paleográfica de Maria de Fátima Botão), sep. do *Boletim do Centro de estudos históricos e etnológicos*, IV (1989), Ferreira do Zêzere, 1989, pp. 13-40; Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Pobreza e morte em Portugal na Idade Média*, Lisboa, 1989, pp. 101-124; Maria Ângela Godinho Vieira da Rocha Beirante, *Confrarias medievais portuguesas*, 1990; Maria Helena da Cruz Coelho, "As confrarias medievais portuguesas: espaços de solidariedade na vida e na morte", *Cofradías, gremios, solidariedades en la Europa medieval* (Actas de la XIX Semana de Estudios Medievales de Estella, 20 a 24 de Julio de 1992), Pamplona, 1993, pp. 149-183.

<sup>10</sup> Mas também as havia de clérigos, como a confraria dos bacharéis da Sé, de Coimbra ou mistas de clérigos e leigos, como a do Corpo de Deus da cidade de Braga, a de Nossa Senhora da Graça de Santa Cruz de Coimbra e a de Santa Maria do Sábado da Sé de Évora e outras mais. Cf., para a primeira, Saul António Gomes, "A solidariedade eclesial na promoção de escolares pobres a estudos universitários. O exemplo coimbrão dos séculos XIV e XV", in *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso de história da Universidade. 7.º Centenário*, vol. IV, Coimbra, 1991, pp. 219-223; para as segundas, José Marques, *A Confraria do Corpo de Deus na cidade de Braga*, Braga, 1994; Maria Ângela Godinho Vieira da Rocha Beirante, *Confrarias medievais portuguesas*, cit., pp. 9, 57.

<sup>11</sup> Catherine Vincent, *Les confréries médiévales dans le royaume de France. XIII<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècle*, Paris, 1994, pp. 86-93; id., "Confrérie", in *Dictionnaire encyclopédique du Moyen Âge*, cit., t. I, p. 380-381; Maria Ângela Godinho Vieira da Rocha Beirante, *Confrarias medievais portuguesas*, cit., pp. 38-44; Maria Helena da Cruz Coelho, "As confrarias medievais portuguesas ...", cit., pp. 159-161 e *passim*.

era patente, as irmandades proporcionavam aos seus membros um enquadramento alternativo: o de ampla família artificial, unida pela devoção colectiva, pelo mútuo afecto e entreajuda<sup>12</sup>. Traduzia-se esta no envolvimento dos membros em situações concretas de precariedade dos seus “irmãos”, sobretudo na doença e na morte. Mas, inspirada pelo programa cristão das obras de misericórdia, a acção caritativa também se projectou para o exterior da irmandade, através de iniciativas confraternais a favor da pobreza, fossem elas distribuições pontuais de dinheiro ou víveres, sepultura de indigentes ou a fundação e administração de hospitais e albergarias.

Para a prossecução dos seus desígnios, tinham as fraternidades e as demais instituições de benemerência caritativa de possuir recursos económicos mais ou menos avultados. Provinham estes das contribuições dos confrades, ordinárias ou extraordinárias, ou de receitas próprias, geradas pelos respectivos patrimónios, que se iam dilatando em função da generosidade dos irmãos<sup>13</sup>. A largueza destes patrimónios despertaria, quantas vezes, pouco fraternos anseios de apropriação, a traduzir-se em gestões danosas e corruptas. Noutros casos, era o escasso zelo das administrações na gestão do património e na aplicação das respectivas receitas a comprometer o vigor da obra assistencial. Denúncias de abusos e desvios foram, assim, subindo de tom no decorrer da primeira metade do século XV, justificando crescente intromissão régia e/ou municipal. Tendo quase sempre desaparecido os livros de contas das instituições, não nos é possível avaliar com o necessário rigor a real dimensão do problema<sup>14</sup>.

---

<sup>12</sup> Catherine Vincent, *Les confréries médiévales dans le royaume de France*, cit., pp. 49-66; Maria Helena da Cruz Coelho, “As confrarias medievais portuguesas ...”, cit., p. 157.

Nalgumas áreas geográficas, como Portugal, o atraso do movimento corporativo fez despertar no interior de confrarias de mesteres a solidariedade baseada na identidade dos gestos laborais do quotidiano, dando a essas fraternidades feição corporativa e mutualista. Era o caso, entre outros, da confraria dos mercadores borgonheses de Lisboa, de 1472, cujo compromisso estatuíra a ajuda entre os irmãos, nos negócios — Maria Helena da Cruz Coelho, “As confrarias medievais portuguesas ...”, cit., p. 169.

<sup>13</sup> Manuel Sílvio Alves Conde e Manuela Santos Silva, “Recursos económicos de algumas instituições de assistência de Santarém nos finais da Idade Média”, in *Horizontes do Portugal medieval*, cit., pp. 221-253; Bernardo Vasconcelos e Sousa, *A propriedade das albergarias de Évora nos finais da Idade Média*, Lisboa, 1990; Luís António Santos Nunes Mata, *Ser, ter e poder. O hospital do Espírito Santo de Santarém nos finais da Idade Média*, Leiria, 2000, pp. 53-136.

<sup>14</sup> Maria José Lagos Trindade, “Notas sobre a intervenção régia na administração das instituições de assistência nos fins da Idade Média”, *Estudos de história medieval e outros*, Lisboa, 1981, pp. 187-203; Manuel Sílvio Alves Conde, *O hospital medieval do Espírito Santo de Sesimbra...*, cit., pp. 37-40.

Crescentemente foi-se impondo também a consciência de outras deficiências estruturais da rede assistencial caritativa. O carácter miniatural e particularista da generalidade das instituições aparecia cada vez mais, ao longo de Quatrocentos, como obstáculo a uma acção assistencial consistente. Porque os pequenos institutos dispersavam esforços e recursos e eram mais vulneráveis à corrupção, pois mais facilmente escapavam à supervisão das autoridades<sup>15</sup>.

As propostas reformadoras apontavam para uma mudança de escala, com a reconversão/racionalização da rede de benemerência, agregando as pequenas unidades e respectivos patrimónios, de modo a garantir uma maior eficácia no combate às dificuldades coetâneas da pobreza e da doença.

Em Portugal, as primeiras medidas de reestruturação do equipamento assistencial têm a marca do príncipe, depois rei, D. Duarte (1432, 1434)<sup>16</sup>. Mas a morte prematura do soberano adiou o processo por quase meio século. Com a necessária anuência papal, a grande reforma da assistência seria encetada, no último quartel da centúria, pelos reis João II e Manuel I, que, nos principais centros urbanos do reino, procederam à fusão de instituições de análoga finalidade<sup>17</sup>. A racionalização dos recursos assistenciais fez-se no respeito pela tradição caritativa polivalente, característica da medievalidade, mas novas ideias foram avançando: as da prioridade aos doentes — sobre os pedintes —, e ao tratamento dos mesmos por profissionais, em ambientes adequados<sup>18</sup>.

Em Tomar, o movimento reorganizativo da benemerência realizou-se em torno do hospital de Santa Maria da Cadeia, ou da Graça, que

---

Da escassa documentação contabilística confraternal que chegou até nós, releve-se a da confraria de S. Pedro de Miragaia, do Porto a que aludimos na nota 25, infra.

<sup>15</sup> Michel Mollat, *Les pauvres au Moyen Age*, cit., p. 342.

<sup>16</sup> António Joaquim Dias Dinis, “O infante D. Henrique e a assistência em Tomar no século XV”, in *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*, cit., vol. I, p. 352 e 361-362.

<sup>17</sup> Fernando da Silva Correia, *Origens e formação das misericórdias portuguesas*, cit., pp. 494-498; Michel Mollat, *Les pauvres au Moyen Age*, cit., p. 342; Maria José Lagos Trindade, “Notas sobre a intervenção régia na administração das instituições de assistência nos finais da Idade Média”, cit., pp. 191-207; Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Pobreza e morte em Portugal na Idade Média*, cit., pp. 142-145; Maria Ângela Beirante, *A fundação do Hospital Real do Espírito Santo de Évora: seu contexto histórico*, sep. de *Actas do Congresso comemorativo do V centenário da fundação do Hospital do Espírito Santo de Évora*, Évora, 1996.

<sup>18</sup> Manuel Sílvio Alves Conde, *O hospital medieval do Espírito Santo de Sesimbra...*, cit., p. 40.

agregaria os recursos dos múltiplos e pequenos organismos assistenciais até então existentes.

Já em 1430, o infante D. Henrique, administrador da Ordem de Cristo, depois de várias iniciativas visando a fundação de um novo hospital em Tomar, promoveu uma primeira reestruturação do sector assistencial da vila, fundindo mais de uma dezena de pequenos hospitais e albergarias<sup>19</sup>.

O esforço reformador da assistência tomarense viria a ser retomado por D. Manuel I, e culminou na formação, em 1510, da Misericórdia<sup>20</sup>, que agregaria o património dos múltiplos e pequenos organismos de benemerência da vila. O processo implicou um trabalho de recolha de dados estatutários e patrimoniais, que passou tanto pela compilação da documentação existente, como pela elaboração de novas e sistemáticas séries<sup>21</sup>.

Do esforço de compilação do material existente, releve-se o que foi incluído no *Livro 74* — onde estão tombados os bens da Gafaria (de Santo André) —, no fim do qual se inseriram alguns fólios relativos à confraria de Santa Cruz<sup>22</sup>. O pouco que sabemos da confraria de Santa Cruz provém essencialmente dos elementos inseridos naquele códice. Poderão acrescentar-se-lhe alguns, muito escassos, informes, respigados

<sup>19</sup> António Joaquim Dias Dinis, “O infante D. Henrique e a assistência em Tomar no século XV”, *cit.*

<sup>20</sup> A Misericórdia de Tomar foi aprovada por alvará régio de 8 de Dezembro de 1510, com os privilégios concedidos em 1503 à sua congénere de Santarém. Cf. João Torres Pinheiro, “O Hospital da Misericórdia”, *O Hospital da Misericórdia e o caminho de ferro de Tomar*, Tomar, 1933, pp. 5-11. Para o efeito, foi feito o traslado em pública forma dos privilégios de Lisboa aplicados à confraria daquela vila, depois vertido para o “Livro dos privilégios da Irmandade” (AMT, *Livro 71*; publ. com actualização ortográfica por Amorim Rosa, *Anais do Município de Tomar*, vol. VII — 1454-1580, Tomar, 1971, pp. 141-151).

<sup>21</sup> No âmbito destas, o trabalho mais notável foi realizado nos anos subsequentes à fundação da Misericórdia, com destaque para o valioso *Livro 77*, conservado no arquivo da instituição de benemerência. Além deste códice, o AMT alberga um estimável conjunto de documentação quinhentista, que o desvelo das administrações da Santa Casa da Misericórdia de Tomar que se sucederam ao longo do meio milénio da instituição tem permitido preservar.

<sup>22</sup> “No fim deste livro esta cozido hum caderno dos bens da confraria de Santa Cruz que também he anexa a confraria da Misericórdia” (AMT, *Livro 74*, fl. 119).

A junção dos fólios da confraria de Santa Cruz aos tombos da gafaria terá induzido em erro os compiladores da série *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* (coord. por José Pedro Paiva) que, no seu vol. 3 — *A Fundação das Misericórdias: o Reinado de D. Manuel*, Lisboa, 2004, p. 258, identificam o tombo da leprosaría como “Tombo da Gafaria de Santa Cruz, da vila de Tomar”. Na verdade, a confraria de Santa Cruz e a Gafaria tomarense, de administração municipal e devotada a Santo André, sempre foram instituições distintas, até que, por determinação régia, as juntaram à Misericórdia (alvará manuelino de 20/11/1510, em traslado autenticado — AMT, *Livro 72*, fls. 4v-5).

em documentação vária e relativos a um ou outro dos seus confrades mais ilustres, como Beatriz Fernandes Calça Perra<sup>23</sup>, ou Diogo Nunes Sarrazinos<sup>24</sup>. Mas não chegou até nós o compromisso da instituição, listagem completa do seu património, documentação contabilística<sup>25</sup> ou administrativa emanada dos seus órgãos próprios, que permitissem uma visão mais alargada do organismo, da sua dinâmica interna e protagonismo local. Restam-nos, tão-somente, os cinco fólios do *Livro 74*, que a seguir publicamos: os quatro fólios de um tomo de bens incompleto, e um quinto fólio que alude, primeiro, às orações recitadas em favor de João Vicente, depois, à arrematação das oliveiras da confraria.

Na sua pequenez, para mais amputada, o tombinho é rico. A sua elaboração foi decidida a 19 e 20 de Outubro de 1470 pela administração (juiz, escrivão e mordomos) e cabido da confraria, dela se incumbindo o anadel Gonçalo Esteves, um indivíduo designado “o Vassalo”, Afonso Anes, criado de João Lopes e Rolão de Faresto, escudeiro do falecido infante D. Henrique. Pretendia-se listar “todollos holiuaeees e oliueiras E terras de pam” possuídos pela instituição em Tomar e no termo da vila.

O inquérito foi meticuloso no respeitante ao olivedo, decerto a parcela mais significativa do património da instituição. Zelosamente, os mandatados viram e assinalaram com a marca da confraria — “ho sinall da cruz” — quatro centenas e meia de pés de oliveiras. Quanto ao rol das searas, ou se descaminhou, ou não chegou sequer a ser realizado.

As 454 oliveiras da confraria, provenientes de doações de confrades em muitos casos assinalados, dispersavam-se por 65 conjuntos, quase todos eles de dimensão mínima. O olival de maior dimensão, agregando 40 árvores, envolvia a ermida de Santa Cruz. Além deste, apenas três outros ultrapassavam o limiar dos 30 pés, valendo por si praticamente um terço do

---

<sup>23</sup> Sobre Beatriz Fernandes Calça Perra, o seu património, ligações familiares e confraternais, vejam-se os nossos “Um património laico tomarense nos finais da Idade Média. Os bens de Beatriz Fernandes Calça Perra”, e “Uma estratégia de passagem para o Além. O testamento de Beatriz Fernandes Calça Perra (Tomar, 1462)”, *Horizontes do Portugal medieval*, cit., pp. 143-161 e 385-401, respectivamente.

<sup>24</sup> Sobre Diogo Nunes Sarrazinos, juiz da confraria de Santa Cruz em 1470, veja-se o nosso *Tomar medieval*, cit., p. 185, nota 119.

<sup>25</sup> Como a existente para a confraria de S. Pedro de Miragaia, estudada por Amândio Jorge Morais Barros, *A confraria de S. Pedro de Miragaia do Porto no século XV*, dissertação de mestrado em história medieval apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991, pp. 111-147.



contrapartida, aliás, não é mencionada<sup>27</sup>. As restantes oliveiras e olivais possuídos pela confraria de Santa Cruz, em Outubro de 1470, haviam acabado de ser arrematados por João André, pelo valor de 41 alqueires de azeite e mediante a apresentação de fiador.

Tal negócio seria, porventura, mais interessante para a confraria do que para o arrematante. O facto de conhecermos o número de pés de oliveira que integravam o património da confraria permite ter uma ideia aproximada do cômputo dos rendimentos que lhe estavam associados. É claro que o mesmo tem de ser encarado sob reserva, pois a produção de cada núcleo olivícola varia de acordo com as condições agrológicas, mas também segundo a qualidade e o grau de maturação das oliveiras, sendo ainda acentuada a diferença entre o ano chamado da “safra” e o ano seguinte. Por isso, utilizámos no nosso cômputo valores médios anuais, no caso os estabelecidos por Maria Helena Coelho para a região do Baixo Mondego, a partir de amostra significativa. Tendo como referência esses valores, concluímos que os 454 pés das oliveiras de Santa Cruz poderiam render uma média de 18,2 moeduras, isto é, uns 726 alqueires de azeitonas, ou 72,6 alqueires de azeite<sup>28</sup>. Porém, daqueles pés há que excluir os que estavam afectos a outros contratos, restando, desse modo, como objecto de arrematação 405 oliveiras, que renderiam apenas 16,2 moeduras, ou seja, 648 alqueires de azeitona ou 64,8 alqueires de azeite. Considerando ainda as despesas de exploração e a maquia exigida no lagar, é de concluir que o proveito obtido pelo arrematante só poderia ser lisonjeiro no ano da “safra”, que não no de produção inferior.

Para além das informações acerca do património e rendas da confraria, o pequeno tomo regista a localização e as confrontações dos olivedos, facultando-nos assim valiosa listagem da toponímia periurbana e úteis informações sobre a propriedade vilã, geralmente arredia das nossas fontes. Fornece até um raro informe sobre materiais de construção, localizando um barreiro onde se extraíam areias.

As referências aos confrades, em conjunto com as que respeitam aos proprietários de imóveis confinantes com os olivedos da confraria, são ainda de grande interesse onomástico, acentuado pelo registo de exuberantes apodos<sup>29</sup> e

<sup>27</sup> Relativo a 33 pés de oliveiras, que se erguiam em Arganil. AMT, Livro 74, fl. 167.

<sup>28</sup> Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média. Estudo de história rural*, vol. I, Coimbra, 1983, pp. 177-178.

<sup>29</sup> Sobre estes, vejam-se as considerações recentes de Iria Gonçalves, *Identificação medieval: o nome dos dirigentes concelhios em finais de Trezentos*, sep. de *Revista portuguesa de história*, t. XXXI, vol. 2 (1996), Coimbra, 1997, pp. 123-127.

pela indicação do estatuto socioprofissional de algumas dessas individualidades. O último elemento, embora nem sempre presente, deixa perceber o carácter inter-classista — não-elitista e não-corporativo — da instituição, que integrava homens (e mulheres)<sup>30</sup>, laicos, de variada estirpe social: gente das elites urbanas<sup>31</sup>, mercadores<sup>32</sup>, titulares de cargos públicos<sup>33</sup>, profissionais da escrita<sup>34</sup>, clientes de poderosos<sup>35</sup>, parentela de clérigos<sup>36</sup>, agricultores<sup>37</sup>, mesteiros<sup>38</sup>, e outros de condição mais modesta<sup>39</sup>.

O último fólio dá-nos conta da presença da maior parte dos confrades nas orações feitas por Fernão Pires, no Entoucadoiro, aproveitando-se o momento para que o cabido, presidido pelo juiz da confraria, Diogo Nunes Sarrazinos, deliberasse sobre matérias da gestão da confraria. Apresenta-nos também um rol dos confrades que faltaram às orações feitas a favor de João Vicente, elaborado na perspectiva da sua eventual penalização, nos termos previstos no compromisso<sup>40</sup>. Pois falta era, e grave, por quebrar o indispensável vínculo entre irmãos vivos e defuntos.

<sup>30</sup> Outras confrarias excluía as mulheres e, em termos sociais, eram mais restritivas, ou mesmo elitistas. Cf. Guy Lobrichon, *La religion des laïcs en Occident*. cit., p. 112; Maria Helena da Cruz Coelho, “As confrarias medievais portuguesas...”, cit., p. 178.

<sup>31</sup> Como os já referidos Beatriz Calça Perra e Diogo Sarrazinos. O nome de família permite relacionar com o mesmo grupo os confrades Fernando Álvares Taborda e o homónimo deste, “Tabordinha”. Refira-se ainda mestre João, talvez o físico, homem-bom e procurador às Cortes, de que é feita a menção em 1458 (ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 10, fl. 72v; *Núcleo antigo*, n.º 882, fls. 1, 3), ou o boticário e físico de 1473 (ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 33, fl. 141); se é que não se trata, num caso e noutro, da mesma pessoa.

<sup>32</sup> Há menção do mercador João Esteves.

<sup>33</sup> Era o caso do anadel dos besteiros Gonçalo Esteves.

<sup>34</sup> Como os tabeliães Gonçalo Gonçalves e Rui Gonçalves e, provavelmente, João Marecos, que pensamos corresponder a João Rodrigues Marecos, escrivão do serviço real e novo e do sisão, que encontramos entre 1468 e 1490 (ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 14, fl. 62; *Chancelaria de D. João II*, livro 6, fl. 48; livro 9, fl. 77; Maria José Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no século XV*, vol. II, Lisboa, 1984, p. 703).

<sup>35</sup> Como Rolão de Faresto, escudeiro do já falecido infante D. Henrique, ou, noutro pátamar, Afonso Eanes, criado de João Lopes.

<sup>36</sup> Seria o caso de Maria Eanes, “a do frade”, ou da (anónima) filha do prior da Asseiceira.

<sup>37</sup> Era o caso de Vasco Pires, lavrador.

<sup>38</sup> Casos de Pero Afonso, João Afonso e Fernando Afonso, ferradores, e, talvez, de mestre Joane, cujo ofício desconhecemos.

<sup>39</sup> Como João Rodrigues, pescador, e Álvaro Pires, moleiro.

<sup>40</sup> Como se disse, não chegou até nós o compromisso desta confraria. Contudo, em todos os compromissos do mesmo tipo, esta falta era firmemente penalizada. Veja-se, por

## Documento<sup>41</sup>

1470, Outubro, Tomar - Tombo da confraria de Santa Cruz.  
Arquivo da Misericórdia de Tomar, L.<sup>o</sup> 74, fls. 164-168.

fl. 164 Estes som todollos holiuaees E oliueiras E terras de pam *que* tem *sancta* cruz em tomar E sseu termo os quaees todos fforam vistos E assynados *com* ho sinall da cruz todollos pees das holiueiras E *quantas* Eram E onde Jaziam E *com* quem partiam E esto todo foy visto E assynado *per* gonçalo Esteuez anadell E *per* ho vassalo E *per* affomso annes criado de Joham lopes E *per* Rollam de ffaresto Escudeiro do muyto virtuhosso Iffante dom anrjque *que deus* tem Os quaees todos fezerom Esto *per* acordo E mando do Juiz E scpriuam E mordomos E confrades

---

exemplo, Iria Gonçalves, *As confrarias medievais da região de Alcanena*, cit., p. 37.

A circunstância de vários dos nomes constantes do rol terem sido posteriormente traçados deve-se, talvez, ao facto de os mesmos terem justificado a sua ausência.

<sup>41</sup> Normas de transcrição utilizadas:

- Transcreveram-se os documentos em linha contínua, assinalando-se o final do fólio por dois traços oblíquos, paralelos;
- Respeitou-se a morfologia do texto original, mantendo-se a separação entre os parágrafos;
- Colocou-se a foliação à esquerda do texto, coincidindo com o Início do respectivo fólio;
- Respeitou-se a grafia dos documentos, conservando o uso das consoantes e vogais dobradas, tanto no início como no meio da palavra e o das letras “i”, “j”, e “y”, ou “u” e “v”. bem como o das maiúsculas e minúsculas. Respeitou-se do mesmo modo a grafia dos numerais;
- As letras, palavras ou frases riscadas, foram, sempre que possível, lidas e transcritas em nota infrapaginal;
- Também em nota infrapaginal foram transcritas todas as anotações marginais;
- Desenvolveram-se as abreviaturas, utilizando-se o itálico para representar as letras omissas. Sempre que foi possível sabê-lo, esse desenvolvimento fez-se de acordo com a ortografia do escriba;
- Recompuseram-se as palavras, separando-as de outras ou agrupando as sílabas, de acordo com os critérios morfológicos actualmente em uso;
- Não se utilizou o hífen nas enclíticas e proclíticas, nem o apóstrofe nos casos de elisão;
- Usou-se o til nos ditongos nasais, bem como nas palavras “hū” / “hūa” e suas derivadas. Sempre que a vogal a tilar se encontrava dobrada, colocou-se o acento sobre a primeira das duas;
- Colocou-se entre [ ] tudo o que resultou de interpretação do transcritor, devido à ilegibilidade do texto, falta ou deterioração do suporte.

da dicta *conffrarja* aos xix E xx dias do mes de outubro Era do nacimiento de nosso *Senhor Jesu Christo* de mjl E quatroçentos E ssetenta anos

Esstes som hos holiuaees *que sse* ao diante seguem.

- [1] *Jtem Primeiramente* tres holiueiras ao vall das pereiras E *partem* com *fernamd aluarez* taborda E com *Joham Rodriguez* go-dinho E deu as *Ruy lopez*.
- [2] *Jtem* mays duas holiueiras *que* Estam acima do Ribeiro da eira E *parte* com holiueiras *que* foram de *Joham Lourenço* da ponte E *fforam* de *pero gomez*.
- [3] *Jtem* mays treze pees d oliueiras Em Riba ffria E *partem* com ho bonssynheiro E com *Erdeiroos* de *martynh annes barbeiro* E deu as ho *caregueiro per troco*.
- [4] *Jtem* mays duas holiueiras *que* deu ha molher de *Jorge annes* E estam no vall da murteira.
- [5] *Jtem* mays vinte E tres pees d oliueiras Em Riba ffria *que partem* com *pero* da murteira E com *fernand gonçalluez* do quintall E deu as o *caregueiro per troco //*

fl. 164v

- [6] *Jtem* mays duas holiueiras Em Riba ffria *que* deu *Diogo* taborda E *Jazem* dentro no holiuall de *pero* d oliueira
- [7] *Jtem* mays tres holiueiras Em pexezinhos *que* Emtestam na vinha de *Joham pirez* do quintall E deu as a cardenha
- [8] *Jtem* mays seis pees d oliueiras acima da calcada de torres dentro na carada do conchado *que* deu *Joham affomso* beato.
- [9] *Jtem* mays duas holiueiras *que* Estam acima da calçada de torres e *partem* com çarada do conchado E com *Joham pirez* ferador
- [10] *Jtem* mays çinco holiueiras *que partem* com a çarada que foy de *Jorge annes hū chamam* a do capareiro E com holiueiras de *Sancta maria* do castello E deu as *pero affomso* ferador
- [11] *Jtem* mays dez holiueiras n augua das mayas *que partem* com çarada de *Joham Esteuez* mercador E com *mend afomso* Escudeiro
- [12] *Jtem* mays seis pees d oliueiras na Roma dentro na carada d *antam viçente* E deu as ho *ffrade*
- [13] *Jtem* mays tres oliueiras hu *chamam* as *Reluas* E *partem* com *fernand afomso* ferador E deu as ho *guangum*

[14] *Jtem mays ssete holiueiras com hũ mortorego [?] no ffigueire-  
do dentro na vinha que ffoy Do babaão //*

fl. 165

[15] *Jtem mays dez holiueiras a ffigueira de martim do valle E par-  
tem com Diego nunez carazinas E emtesta com holiueiras de  
gonçalo annes da barba E E deu as Joham do paço.*

[16] *Jtem mays trinta pees d oliueiras ao Ribeiro do figueiro E par-  
tem com ha molher que ffoy de bernalld eannes E com a mo-  
lher de cagua na Relua E deu as moor gudinz.*

[17] *Jtem mays dezasseis pees d oliueiras ao piulhinho E partem  
com çarada de Ruy gonçalluez tabaliam E com camjnho d ereeos  
E tras as dictas holiueiras afforadas o dicto Ruy gonçalluez*

[18] *Jtem mays ssete pees d oliueiras ij duas Jazem Junto com  
Sancta cruz E as çinquo Jazem Em menJiulho E deu as Jorge  
diaz per hũa velha*

[19] *Jtem mays quatro holiueiras a Sam pallos E partem com  
holiueiras que fforom do halmoxariffe E deu as afomso annes  
de maria de villa.*

[20] *Jtem mays hũa holiueira que Esta ao porto trauessso E deu as ho  
conchado per outras E partem com o dicto conchado E com ho-  
liuall d ordem.*

[21] *Jtem mays vinte E tres pees d oliueiras Em derreito do porto  
trauessso E partem com gonçalo annes da barba E com afomso  
Rodriguez çapateiro E deu este holiual o caregueiro.*

[22] *Jtem mays çinquo pees d oliueiras que jazem Em direito do  
porto trauessso E partem com gonçalo Esteuez anadel E com  
Rodrigo annes crellego //*

fl. 165v

[23] *Jtem mays tres pees d oliueiras aos marmelaes E partem com  
diogo nunez carazinas E com ffernand afomso ferador E deu as  
gonçalo do castello*

[24] *Jtem mays duas holiueiras que Jazem a ffigueira dornha E par-  
tem com Joham marecos E com goncalo pachequo E deu as  
vasco pirez laurador*

[25] *Jtem mays dez holiueiras que Jazem a ffigueira dornha E partem  
com pay Rodriguez de marecos E com pero afomso braguainho  
E deu as maria pirez molher que foy de bertolameu martjnz.*

- [26] *Jtem mays çinquo holiueiras a coredoira do mestre E partem com Rodrigo annes crelego E com vasco gonçalluez correa E deu as maria annes a do ffrade*
- [27] *Jtem mays outras çinquo holiueiras Junto com Ellas E partem com affomso Rodriguez oleiro E com Joham afomso yspinaffre*
- [28] *Jtem mays hũa holiueira a lameira de martimtinha E parte com pero dias tossador E deu as caralho de lobo*
- [29] *Jtem mays honze holiueiras na coredoira do mestre E partem com aluaro fferrnandez seleiro E com Sancta Eiria*
- [30] *Jtem mays tres holiueiras a palhavaa E partem com martim Lourenço<sup>42</sup> <sup>43</sup> de toco E deu as gonçalo gill o crespó*
- [31] *Jtem mays sete holiueiras ao Ribeiro dos gaffos E partem com martimnh anes ferador E deu as mestre Johane. //*

fl. 166

- [32] *Jtem mays duas holiueiras as poças E estam Junto com ho camjnho E partem com Rollam de faresto E deu as Ruy gonçaluez da porta da uarzea*
- [33] *Jtem mays cinco holiueiras as poças E partem com as barbosas E deu as Joham affomso ferador*
- [34] *Jtem mays seis holiueiras nas dictas poças E partem com gonçalo martjnz oleiro E deu as Joham gonçaluez baracho*
- [35] *Jtem mays cinco holiueiras as dictas poças E partem<sup>44</sup> E deu as maria de villa*
- [36] *Jtem mays noue holiueiras as almoinhas E partem com a molher que foy de mestre pedro E fforam do verguasto*
- [37] *Jtem mays dezassete pees d oliueiras as dictas almoinhas E partem com fernam pirez crelego E com diogo nunez carazinas*
- [38] *Jtem mays tres holiueiras as dictas almoinhas E partem com oliual que foy de pero vasquez tabaliam E deu as gonçalo gonçaluez tabaliam*
- [39] *Jtem mays hũa holiueira a barjffalquam E parte com holiuall de diogo vaasquez criado de Joham Rodrjguez marecos E esta Junto com ho camjnho E deu as ho yspinaffre*

---

<sup>42</sup> Riscado: “nhanes”.

<sup>43</sup> Riscado: “ferador E deu as mestre Johane”.

<sup>44</sup> Espaço em branco.

- [40] *Jtem mays honze holiueiras a ffoz do vall do porteiro E partem com ho carasquo E com Erdeiros de Joham Lourenço o creleguo E entestam no Rio E deu as pero bernaldez*

fl. 166v

- [41] *Jtem mays duas holiueiras E partem com as cinco que estam as poças a çarada de Joham esteuez E deu as fernamd affomso*
- [42] *Jtem mays hũa holiueira as poças E parte com gonçalo Esteuez anadell E deu as caralho de lobo*
- [43] *Jtem mays hũa holiueira Em baryffalquam E partem com oliuall De caterina a louçaa E esta Junto com ho camynho*
- [44] *Jtem mays hũa holiueira ao Emtouquadoiro E esta Junto com ho camjnho E parte com a ffilha do prioll d azeiçeira*
- [45] *Jtem mays tres<sup>45</sup> holiueiras Junto com a çarada de Joham Esteuez mercador açima do holiuall de poças E partem com Elle Elle as Deu a conffrarja*
- [46] *Jtem mays cinco holiueiras as Estrequeras E partem com Diogo D almeida E com Diogo nunez çarazinas*
- [47] *Jtem mays sseis holiueiras a vinha de pero ssimonez com seu chaam E Jazem acima das liiziras de Johan preto o velho E partem com affomso annes Jenro de ffernã vaasquez Deu as ho ganguam em troco.*
- [48] *Jtem mays ssete holiueiras ao holiuall dos gaffos E partem E partem com Ruy gonçaluez filho de gonçalo annes E com ho verguasto. //*

fl. 167

- [49] *Jtem mays quatro holiueiras ao Escrato [?] E partem com gonçalo Lourenço filho de Lourenço martjnz E fforam d anrique*
- [50] *Jtem mays cinco holiueiras ao holiuall De gill pañez E partem com martin gonçalluez barbeiro*
- [51] *Jtem mays quorenta pees d oliueiras Junto com Sancta + E Jazem d aRedor da dicta Igreja*
- [52] *Jtem mays çinco holiueiras Junto com sancta + E partem com a carada do gorizo*
- [53] *Jtem mays hũa holiueira que Jaz aquem do Ribeiro contra a villa E parte com a çarada do gorizo*

---

<sup>45</sup> Riscado: “Junto com”.

- [54] *Jtem mays <b>holiueiras que Jazem abaixo da çarada da boa E partem com a dicta carada E deu as ho garido*
- [55] *Jtem mays tres holiueiras duas Jazem dentro na çarada que foy d affomso annes mercador E a outra na vinha que foy de Ruy pirez Estas holiueiras traz arrendadas aluaro diaz por meo alqueire d azeite cad anno*
- [56] *Jtem mays ssete holiueiras nas avessadas E partem com a mo-roa E com pero gonçalluez cezillio E deu as gonçalo Lourenço filho de Lourenço martjnz*
- [57] *Jtem mays cinco holiueiras no vall da gaffarja E partem com terra que foy Do Jenete //*

fl. 167v

- [58] *Jtem mays xxxiiij pães D oliueiras Em arguanjll E partem com pero affomso contador E com marcos diaz E com çarada que foy de pero affomso tabaliam E com camjnho d ereços E tra las gonçalo annes filho de Jorge annes arendadas*
- [59] *Jtem mays dezassete pães d oliueiras a Eiria [?] do outeiro he partem com gonçalo pacheco E com fernamd aluarez colaço E entesta na terra que foy de Joham vicente*
- [60] *Jtem mays seis holiueiras a ssant andre E partem com o colaço o bacelo do alqueide E com o bareiro onde tiram arrea*
- [61] *Jtem mays duas holiueiras ao xeissall de sant andre E partem com aluaro gonçalluez bate velhas*
- [62] *Jtem hũa holiueira em baryfalquam E esta no holiuall da filha Do prioll d aceiceira*
- [63] *Jtem mays hũa holiueira em baryfalquam E parte com Joham Esteuez mercador*
- [64] *Jtem hũa Erdade com suas holiueiras que deu manamjnha*
- [65] *Jtem tres holiueiras que deu \a molher de aluaro martjnz<sup>46</sup> ho gualego E Jazem na pisqueyra E partem com hũa sua vinha E com terra da guafarja E com ho conchado Soma iiij<sup>c</sup> xxxiiij oliueiras<sup>47</sup> //*

---

<sup>46</sup> Riscado: “as do”.

<sup>47</sup> Na verdade, a soma das parcelas dá 454 oliveiras.

fl. 168

- [A] *Item Joham pirez do quintall*  
*Item pero pinto*  
*Item Joham marecos*  
*Item Diogo gonçalvez trinquado*  
*Item Joham Rodrigues pescador*<sup>48</sup>  
*Item aluaro pirez moleiro*  
*Item fernamd alvarez taborda*  
*Item gonçalo annes da barba*  
*Item martym alvarez fialho*<sup>49</sup>  
*Item luys diaz*  
*Item pero gill*  
*[...] os que nom veerom as horações de Joham vicente*  
*Item gonçalo annes filho de Jorge annes*<sup>50</sup>  
*Item antam fferrnandez*  
*Item pero Rodriguez*  
*Item afomso esteuez dos casaes*<sup>51</sup>  
*Item gill martjnz procurador*<sup>52</sup>  
*Item lopo mendez*  
*Item fernamd afomso ferador*<sup>53</sup>  
*Item fernamd alvarez tabordinha*  
*Item Ruy [?] gonçalvez filho do meirjnho //*
- [B] *Item aos [...] j dias do mes d outubro d [...] de iiij<sup>c</sup> Lxx anos*  
*forom rematados hos holiuaees de sancta + a Joham andre*  
*Jrmaão de aluaro andre por Rj alqueires d azeite bom E de re-*  
*ceber Em paz E em ssaluo pera a confrarja E deu por seu fia-*  
*dor Rodrigo anes mordomo samta cruz Item aos xxbij<sup>o</sup>*  
*dias do dicto mes E [...] no entouquadoiro nas horaçooes de*  
*fernam pirez Estando hy ha mor parte dos conffrades logo per*  
*Rodrigo annes mordomo foy dicto a diogo nunez carazinas Jujz*  
*da conffrarja que Ruy gonçalvez tabaliam conffrade trazia çer-*  
*tas holiueiras da dicta conffrarja has quaees trouxera seu pay*

---

<sup>48</sup> Toda a linha foi traçada.

<sup>49</sup> Toda a linha foi traçada.

<sup>50</sup> Toda a linha foi traçada.

<sup>51</sup> Toda a linha foi traçada.

<sup>52</sup> Toda a linha foi traçada.

<sup>53</sup> Toda a linha foi traçada.

<aforada> E *que* avia certos [...] *que* nom paguaua ho foro delas eram hũa *quarta* d azeite cad anno *que* lhe mandasse *que* paguasse logo lhe tirassem logo as dictas holiueiras E *per* o dicto Ruy *gonçaluez* foy dicto ao dicto Jujz *que* elle estaua pres-tes *pera* pagar todo o *que* devia seu pay E elle *que* lhe leixassem as dictas holiueiras E *per* ho dicto Jujz E *conffrades* foy dicto *que* lhe *apraz* de lhe leixar teer as dictas holiueiras Em vida de sseu pay por a dicta *quarta* d azeite cad anno comtanto *que* page todo ho azeite do *que* deue *pera* Este março <[?]> *que* vem da dicta [...] [...] dicto Ruy *gonçaluez* desse *que* assy lhe *apraz* [...] aver com a dicta [...]